

to é a linguagem, possuída por todos os homens e somente por eles. Que o homem aparece desde os tempos mais primitivos como ser dotado de inteligência, demonstra-o a pré-história. Testemunhos são os seus utensílios, que pressupõem a noção da causalidade e a elaboração de conceitos gerais. Weidenreich mostrou em sua última publicação que não se pode tirar do tamanho absoluto ou relativo do cérebro, ou de suas circunvoluções, qualquer conclusão sobre a existência ou a qualidade das faculdades mentais. A única prova neste sentido é constituída por objetos culturais produzidos pelo portador do esqueleto.

Da imagem do mundo humano faz parte a convivência dos sexos. Entre os cientistas não se levantam sérias dúvidas à asserção de que nas origens da sociedade humana se encontre o matrimônio, em forma de monogamia. A etnologia nada sabe de um estado inicial de promiscuidade ou matrimônio grupal. Ao matrimônio se ligam, desde o princípio, normas que limitam a escolha do cônjuge. É a questão da exogamia, ou melhor, da exogamia de consanguinidade ou a proibição do incesto. Há quem considere essa proibição decorrente da falta de atração sexual entre pessoas coevas que convivam desde a infância. Isso não explica a proibição de casamento entre pais e filhos. Da mesma forma como Schmidt, Koppers recorre, para explicá-la, a um momento ético, que consistiria na autoridade dos pais sobre os filhos e no respeito destes para com aqueles.

A parte mais extensa é a que estuda o aspecto religioso da imagem do mundo do homem primitivo. O primitivo possui elevada idéia de Deus, que deve compreender-se em sentido monoteísta. O Ser Supremo exige reverência por meio de sacrifícios e orações. Por ato pecaminoso perderam os homens o primitivo estado paradisíaco, que deveriam gozar para sempre. Castigo disso foi a morte e, mais tarde, o dilúvio. O Ser Supremo impõe aos homens a obrigação de vida morigerada, que, em linhas gerais, coincide com as prescrições do Decálogo. Sobre este assunto, Koppers, que em várias expedições se dedicou à investigação da vida religiosa do homem primitivo, dispõe de material sobremaneira abundante. - No espírito do leitor surge espontaneamente a pergunta: Tratar-se-á realmente de forma religiosa primária? A resposta é dada com auxílio dos critérios de relação, cujo valor e alcance não pode ser examinado nestas linhas.

É desagradável a falta duma definição clara do que seja o homem primitivo ("Urmensch"). É o homem pré-histórico? O homem do ciclo cultural primitivo estabelecido pelo P. Schmidt? Ou o primitivo no sentido de aborígene ou natural, indistintamente?

A inclusão dos Yâmana no estrato de população mais antigo de toda a humanidade e, por conseguinte, na cultura primitiva, goza aceitação geral. Poder-se-á dizer o mesmo com relação aos Bhil? Parece que não. A religião destes, portanto, não nos revelaria, sem mais nem menos, a religião do homem dessa classificação.

As questões tratadas em "Der Urmensch und sein Weltbild" são de máximo interesse, já que dizem respeito a nós mesmos, à nossa história, à nossa origem. E são de extraordinária importância também porque, como o mostraram os últimos 100 anos, contribuíram a formar a imagem do mundo do homem moderno. A pesquisa etnológica séria, de orientação histórica, conseguiu, nos últimos 50 anos, corrigir muitos erros e encontrar resposta para uma série de perguntas. Possa o livro de Koppers despertar o interesse de muitas pessoas pela continuação desses estudos.

P. Guilherme Saake

FLORESTAN FERNANDES: A função social da guerra na sociedade tupinambá.
Edição mimeografada. São Paulo, 1951.

O presente trabalho do prof. Florestan Fernandes representa novo aproveitamento exaustivo, agora através da focalização estratégica de uma atividade fundamental para os Tupinambá, das possibilidades de interpretação oferecidas pelas fontes de que se vem utilizando - a obra dos cronistas quinhentistas e seiscentistas. Localiza-se numa série iniciada com a "Organização social dos Tupinambá" e que incluirá uma análise do sacrifício ritual; e é nessa cadeia de clarificação e sistematização progressiva

com base num mesmo material que, a nosso ver, a obra deve ser primordialmente encarada.

Na "Organização social dos Tupinanmbá" fôra focalizado, em suas feições características, o sistema organizatório total, definido como "conjunto de atividades, ações e relações, de caráter adaptativo ou integrativo, coordenadas numa configuração social de vida". Em várias passagens dêsse trabalho estuda-se a atividade guerreira, nos planos adaptativo e integrativo, em sua conexão com o sistema organizatório total (subordinado estreitamente ao sistema religioso tribal, e apresentando o sistema de parentesco como estrutura nuclear). Já então se anunciam as duas "determinações" da guerra, na esfera ecológica e na esfera de idéias e valores, e se sugere uma concepção de beligerância tupinambá não distinta da noção de guerra permanente. Escolhendo, agora, a guerra como objeto de estudo, pôde o A. movimentar as três esferas da organização, envolvendo grande massa de elementos sócio e psico-culturais; e, constatando a ligação estreita da guerra com o sacrifício ritual, pôde levantar o problema da determinação da própria necessidade sacrificial que, por sua vez, julgamos talvez leve a outras indagações cruciais sôbre a própria esfera mágico-religiosa em que o sacrifício se insere. Assim, um mesmo material permite ao A. a pesquisa fecunda de novas possibilidades de tratamento e formulação teórica.

De nossa parte, embora reconhecendo a importância de, na "Função social da guerra", acompanhar com o leitor, já não dizemos a reconstrução histórica propriamente dita, mas ao menos a reconstrução interpretativa das situações - visto que a seleção e o ajustamento das informações dos vários cronistas visa à apresentação de um quadro cuja "coerência" implica uma crítica não só histórica, como sociológica, e antropológica -, preferimos deixar a apreciação dêste aspecto a etnólogos indianistas. Partiremos, assim, das situações como nô-las reconstituiu o A. e o acompanharemos apenas no "esquema" em que enquadrô essas situações.

Estamos diante de uma análise funcionalista - visando ao estabelecimento de nexos causais - de um fenômeno observado em perspectiva sincrônica. O termo **função** é empregado "de maneira a exprimir as diversas modalidades de reação da guerra com a satisfação de necessidades sociais proporcionadas pelas condições de existência social dos Tupinambá e por êles sentidas coletivamente, não importa com que intensidade ou de que forma (consciente ou inconsciente)" (p.V). A sincronia é imposta pela própria documentação, que torna inaplicáveis os métodos histórico e genético. É evidente a importância da perspectiva para o tipo de relações passíveis de serem inferidas - no caso presente as relações entre os elementos sócio-culturais têm de ser estabelecidas, por assim dizer, em "circuito fechado".

Tentaremos apresentar alguns dos resultados do estudo da maneira mais resumida possível, incluindo uma ou outra inferência baseada nas próprias conclusões do A.; por essas inferências êle, naturalmente, não é responsável. No plano ecológico apresentam-se à observação migrações e guerras periódicas (que se processam num dado sistema de economia e ódios intertribais), das quais decorre a preservação do equilíbrio biótico e do padrão de dominância. Os participantes, ao migrarem, não estão reagindo conscientemente a necessidades bióticas, mas apenas perpetuando um padrão **tradicional**. Entretanto, é evidente a determinação do meio ambiente (já domesticado, embora): as migrações se processam acompanhando o esgotamento do solo, o declínio da eficiência das malocas. Nas grandes migrações, um sentimento mais acentuado de "deprivation" punha em movimento as representações mágico-religiosas que, por sua vez, comunicavam força e impulso à avalanche humana. Nesse quadro, o sistema guerreiro ofensivo e defensivo assegurava, quando necessário, o bom êxito das migrações; a guerra também intervinha, como fator de mortalidade, no estabelecimento do equilíbrio biótico; e as frequentes incursões asseguravam o padrão de dominância e a liberdade das rotas guerreiras - o que, entretanto, não constituía o objetivo consciente da guerra: as incursões visavam fundamentalmente à captura de prisioneiros para o sacrifício posterior.

Os objetivos da guerra se manifestavam no conceito de **vitória** e determinavam a organização dos bandos guerreiros e o próprio sistema de combate, na sua adequação às condições reais de duração, distância e subsistência. Também eram "eficientes" os ritos preparatórios e propiciatórios da guerra - ritos já tradicionais, mas cuja prá-

tica exacerbava emocionalmente os guerreiros participantes, produzindo resultados psíquicos que influiriam no combate.

Aliás, durante toda a educação tupinambá se processava a interiorização dos valores guerreiros e a orientação da agressividade para fora do grupo. Ademais, todo o sistema de promoções sociais nessa sociedade tradicional de "dominação" gerontocrática e xamanística, e polígina, estimulava os membros das parentelas a conquistas guerreiras - uma vez que a ascensão social se fazia através do sacrifício ritual, que pressupunha a guerra. Esse era, de maneira geral, o estímulo social que essa atividade recebia.

Tal vinculação, entretanto, explica apenas por que a guerra interessava aos indivíduos e parentelas tupinambá, mas não, de maneira mais profunda, **por que os Tupinambá a praticavam**. É a formulação da própria necessidade cultural da guerra tupinambá, por assim dizer, que o A. se propõe realizar, através da análise dos ritos de destruição, incluindo o aprofundamento da noção de "vingança" (objetivo da guerra para os próprios Tupinambá). O estado de guerra não cessava com a integração do cativo à comunidade dos captos, o desfecho normal era o sacrifício humano. Também não era a relação entre ofensa e punição a causa do sacrifício: a execução da vítima se prendia à necessidade de socorrer o espírito do parente morto em condições que punham em risco a integridade de sua pessoa. O A. fala numa dialética interna do sacrifício: na origem de um sacrifício encontra-se um sacrifício anterior. Também as incisões corporais decorrentes de uma "vingança" estimulavam nova "vingança", que deixava de ser "causa" para tornar-se "decorrência" da situação; nessa circularidade, aliás, seria ambas as coisas. A parte que cada um tomava na "vingança" era determinada pela posição ocupada na escala de intercâmbio com o sagrado, através da pessoa da vítima, e não pelo conjunto de derrotas impostas aos inimigos. A guerra nascia, pois, de motivos rituais e de certa forma era consequência do fato de a vítima ser escolhida fora do grupo. Enfim, a execução ritual da vítima era condição, princípio e fim da "vingança"; permitia restituir a integridade ao espírito beneficiário do sacrifício; e a antropofagia cerimonial, por sua vez, reconduzia os devoradores ao estado de autonomia mágica. Dessa forma, a guerra é para o A. efeito da aplicação mágico-religiosa do princípio de reciprocidade e tem seus fatores tópicos nas necessidades de recuperação mística e retribuição mágica, que encontram sua expressão no sacrifício e que, evidentemente, decorrem da concepção do mundo e do sistema mágico-religioso tupinambá. Aliás, a própria noção tupinambá de "vingança" já continha a idéia desses processos, embora, como diz o A., infletidos através das relações de parentesco.

O A. responde, pois, ao seu **porquê** dentro do sistema mágico-religioso em que a guerra se insere. Entretanto, na análise efetuada no plano ecológico, transparecera outro tipo de determinação; o próprio A. reconhece-a bastante forte para fazer da guerra uma técnica operativa da economia tribal. Ademais, ao domínio mágico sobre os grupos hostis, objetivado pela guerra, correspondia uma situação favorável na biosfera. Seria o caso de indagar se não estamos diante de determinações adaptativas infletidas no sistema mágico-religioso. Reconhecemos, porém, que - embora a análise no plano ecológico indique a forma de ocupação do meio nas condições intertribais dadas como em certa medida responsável pela perpetuação de um padrão "eficiente" na preservação do equilíbrio biótico - dada a contingência da sincronia, a focalização do próprio padrão dentro da esfera de idéias e valores torna a pesquisa mais fecunda. No caso presente, preferiu-se, pois, situar no plano adaptativo as **condições** ecológicas, no integrativo as **condições** sociais e no sistema mágico-religioso as **causas** propriamente ditas do fenômeno estudado - a guerra tupinambá.

Antes de finalizar, queremos fazer uma ligeira observação, que em nada afeta os resultados da análise - uma quase digressão.

O A. caracteriza a guerra em geral como "estado das relações de conflito entre duas ou mais sociedades, provocado por comoções virtuais ou reais no sistema de relações inter-societárias, ou determinado pela ausência deste, em que os ideais coletivos de segurança, definidos ideologicamente, se projetam nas personalidades dos indivíduos em ação, compelindo-os a se submeter, a aceitar ou a desejar a contenda armada, na qual se empenham direta ou indiretamente de modo organizado" (p.

VIII). Tal caracterização, que, aliás, serve bem não só no caso que o A. teve em vista, como com relação a guerras de sociedades de outros tipos, inclusive certos tipos de guerra em nossa própria sociedade - cremos, entretanto, não ser definitiva para todos os tipos de guerra em nossa sociedade; principalmente no que se refere à personalidade de indivíduos em ação, que podem participar de maneira puramente instrumental, indiferentes aos "ideais coletivos de segurança".

Com relação ao conceito de **autoridade** de Freyer, que o A. comenta como inadequado, o essencial, a nosso ver, é a distinção útil que se opera entre **autoridade** e **dominação** (*Sociologia, ciencia de la realidad*, pags. 280 e 281); aliás é só a isto que visa Freyer ao substituir a designação "dominação tradicional" de Weber.

Só nos resta dizer que com o trabalho do prof. Florestan Fernandes o leitor é convidado não apenas a acompanhar tranquilamente os trâmites de uma investigação magistral sobre uma sociedade determinada ou uma dada atividade social, mas a repensar e a examinar por sua vez as questões teóricas subjacentes, algumas da envergadura do problema da explicação em Sociologia.

Paula Beiguelman

HERMANN TRIMBORN: Indianische Welt in geschichtlicher Schau. 94 págs. e 10 pranchas. Silva Verlag. Iserlohn (1948).

Neste pequeno volume sobremodo atraente, o catedrático de etnologia da Universidade de Bonn apresenta, em cinco capítulos, uma síntese das chamadas altas-culturas precolombianas do continente americano. Não faltam, é verdade, na bibliografia etnológica estudos sumários dessas culturas, mas estão quase todos eivados de idéias e opiniões tradicionais que se tornaram antiquadas graças à intensa exploração arqueológica de alguns países do Novo Mundo no decorrer dos últimos decênios. Cumprira, pois, que um especialista conhecedor do campo e familiarizado com os problemas teóricos chamasse a si a tarefa de expor, com a máxima clareza e de acôrdo com o estado atual das pesquisas, as linhas mestras da história cultural dos grandes estados precolombianos. A tal exigência satisfaz o livrinho do Professor Trimborn.

Mais do que o atilado sentido de historiador com que desenrola a sequência das culturas e as suas múltiplas e complicadas interpenetrações, mais do que a abundância de material condensado em tão pequeno espaço, mais do que a linguagem a um tempo vivaz e sóbria impressiona a maestria com que Trimborn seleciona os dados para explicar o que é realmente significativo e característico. Fiel ao título do livro, preocupa-se especialmente com o aspecto histórico das altas-culturas do México, do Yucatan, da Colômbia e do Peru, e se no correr da exposição passa por vezes a discutir estilos de arte, sistemas religiosos e formas de organização política, fá-lo com a intenção de munir o leitor dos recursos indispensáveis para compreender as razões profundas do desenvolvimento e da decadência das organizações estatais criadas pelos aborígenes em terra americana. E por não ir além do indispensável, por insistir no que é fundamental e decisivo, sem se perder na discussão de pormenores pitorescos de secundária importância, Trimborn fornece ao leitor interessado os pontos de apôio necessários ao prosseguimento de seus estudos nesse domínio.

Merecem atenção especial as páginas finais, em que se resumem as características do império incaico; aí o autor assinala os motivos pelos quais não se pode, com referência a êsse império, falar de um estado socialista, ao contrário do que faziam os utopistas do século dezoito e do que, não raro, se continua fazendo hoje em dia. Nem por isso deixa de frisar que a grandeza das altas-culturas da América decorria sobretudo da organização estatal, que, não obstante, por outro lado, carecia de determinados elementos civilizatórios que lhe garantissem a sobrevivência no embate com os conquistadores espanhóis do século dezesseis.

E' pena não haver sobre o assunto livro equivalente em língua portuguesa.

Egon Schaden